



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável**

**SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Controle Processual**

Ofício SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP nº. 79/2021

Belo Horizonte, 28 de julho de 2021.

**Assunto: Pedido de alteração de LP+LI para LAS CADASTRO mediante
Alteração do Enquadramento na DN217**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº
1370.01.0030428/2021-13].

Prezado Sr Paulo Rogério, Diretor Regional de Controle Processual,

tendo em conta o teor do parecer exarado por Vossa Senhoria, sobretudo, apontando as nuances jurídica da possibilidade para conversão de LP+LI em Las Cadastro, devidamente fundamentado na legislação ambiental vigente;

tendo em conta que a representante legal do empreendimento, acostou ao pedido SEI 1370.01.0030428/2021-13 **OFÍCIO** e trouxe aos autos documentos comprobatórios da legitimidade da parte;

assim como, evidenciou que à atividade efetivamente está adstrita no que tange alteração legislativa da Deliberação Normativa 217/2017 para o código E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica;

ademais, insta salientar, da necessidade de complementação de informações pela parte interessada, tais como cumprimento de condicionantes e demais questões incidentais no bojo do processo administrativo 04751/2016/001/2016 (SIAM);

Portanto, ratifico o entendimento de Vossa Senhoria e adiro a Vossa Decisão proferida no Parecer assentado nos autos do processo SEI supracitado.

Portanto, expeça-se a presente decisão dê ciência ao interessado na forma da lei.

Atenciosamente,

Kamila Borges Alves
Superintendente Regional de Meio Ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Borges Alves, Superintendente**, em 29/07/2021, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32944895** e o código CRC **5685900C**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030428/2021-13

SEI nº 32944895

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Controle
Processual

Parecer nº 3/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0030428/2021-13

Pedido de alteração de LP+LI para LAS CADASTRO mediante Alteração do Enquadramento na DN217

Dos fatos inerentes ao Pedido.

Trata-se de pedido peticionado no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13 em 14/6/2021, referente a LP+LI do Processo Administrativo 04751/2016/001/2016 à luz da Deliberação Normativa 74/2004, para o empreendimento USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A, CNPJ:31.793.547/0001-15 localizada na Fazenda San Nello, matrícula 10.154 no Município de Araxá-MG, concedida a época para os códigos (DN74) E-02-06-2/ E-02-04-6 SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e USINA SOLAR FOTOVOLTAICA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA) em 9/5/2016 com validade de 04 (quatro) anos inicialmente com vigência até 09/05/2020.

Decorrido lapso temporal de 03 (três) anos, ou seja, em 2019 foi solicitado prorrogação da vigência da licença ambiental(CERTIFICADO LP + LI Nº 321/2019) em face da necessidade de adequação de prazo processual concernente aos eventos adversos.

Neste interstício, da concessão da licença até o pedido da postergação do prazo, a empresa Powertis S/A já detentora do projeto de instalação, conforme consta nos autos do processo, sobreveio alteração da DN 217/2017, alterando o porte da atividade, sendo que nesta alteração o enquadramento da atividade em tela, será **LAS CADASTRO**.

RELATÓRIO

Portanto, ante o exposto, considerando que o código E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica, foi alterado pela Deliberação Normativa 235/2019;

Considerando que quando da concessão da licença originária, o empreendimento requereu conjuntamente (DAIA) Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental;

Considerando que conforme aduz o art. 15 parágrafo único da Deliberação Normativa 217/2017 c/c art. 17 § 3º do Decreto 47.383/2018 a espécie de licença Las Cadastro ou Las Ras, somente será concedida ou efetivada após outorga prévia e ou intervenção ambiental;

Considerando que, se a intervenção ambiental, já tiver sido efetivada, nos termos do art. 8º caput do Decreto 47.749/2019 visto que foi deferida conjuntamente a regularização da atividade;

Considerando que o empreendimento, deve ter cumprido integralmente as condicionantes da LP+LI, ressalvado eventuais pedidos de dilação de prazo.

Considerando que, em pesquisa ao FOB.232035/2016 constatei o valor remanescente pendente de quitação no valor (2016) de **R\$ 3.987.51** a ser atualizado conforme UFEMG 2021.

Decido.

Da Decisão.

Entendo, que é cabível pedido de transformação da LP+LI, desde que: o empreendimento tenha regularizado a supressão de vegetação requerida conjuntamente ao licenciamento ambiental;

Assim como, apresente o cumprimento das condicionantes à contar desta DECISÃO, bem como, apresente os documentos solicitados via peticionamento no Ecossistemas para que possamos emitir o certificado da Las Cadastro com validade de 10 (dez) anos conforme regramento atual com arrimo na DELIBERAÇÃO NORMATIVA 217/2017.

Ainda que peça solicitação no Ecossistemas para Las Cadastro, o requerente deverá, peticionar Ofício no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13, solicitando a pedido a baixa da licença ambiental(CERTIFICADO LP + LI N° 321/2019- LP+LI).

Por fim, para conclusão e aceite do pedido em comento na integralidade, é necessário a quitação integral do valor remanescente constatado no FOB.232035/2016(2016) que é o formulário de orientação básica vinculado ao processo sob análise da LP+LI, no valor de R\$ 3.987.51 a ser atualizado conforme UFEMG 2021.

Portanto, após a ciência da sr Superintendente, expeça-se a presente decisão, dê ciência ao interessado, publique-se o ato.

Atenciosamente,

Paulo Rogério da Silva

Diretor Regional de Controle Processual



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor(a)**, em 05/08/2021, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32946087** e o código CRC **3C8D51DC**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030428/2021-13

SEI nº 32946087

Data de Envio:

05/08/2021 11:27:49

De:

SEMAD/institucional <paulo.rogerio@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

carla.engambiental@hotmail.com

Assunto:

Decisão prorrogação de LP+LI

Mensagem:

Prezada Carla Leal Barboza bom dia,

segue decisão .

Atenciosamente,

Paulo Rogério

Anexos:

Oficio_32944895.html

Despacho_31593735.html

Data de Envio:

05/08/2021 13:22:23

De:

SEMAD/institucional <paulo.rogerio@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

carla.engambiental@hotmail.com

Assunto:

Decisão prorrogação de LP+LI

Mensagem:

Prezada Carla Leal Barboza bom dia,

segue Parecer com decisão .

Atenciosamente,

Paulo Rogério

Anexos:

Oficio_32944895.html

Despacho_31593735.html

Parecer_32946087.html

Consulta de Pagamentos

Pesquisar Pagamentos:

Data de Arrecadação - De:

Até:

Data de Processamento - De:

Até:

Número do Documento:

322726490161

Banco:

Agência:

Q Pesquisar

 Limpar



Pagamentos										
Exibindo de 1 a 1 - Página: 1/1										250 ▼
Data/Hora da Transação	Data de Pagamento	Data de Processamento	Valor (R\$)	Convênio	Serviço	Número do DAE	Órgão	Nº Sequencial do Arquivo	Agência	Forma de Arrecadação
20/04/2016 14:39:21	20/04/2016	20/04/2016	3.987,51	213	3	322726490161	209	180	268	2
Exibindo de 1 a 1 - Página: 1/1										250 ▼
Número de pagamentos localizados: 1										



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Unidade de Protocolo

Processo nº 1370.01.0030428/2021-13

Uberlândia, 21 de outubro de 2021.

Procedência: Despacho nº 3615/2021/SEMAD/SUPRAM TM - PROTOCOLO

Destinatário(s): USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A
Carla LEAL BARBOZA

Assunto: Consulta Pagamento DAE

DESPACHO

Mediante consulta ao site da Secretaria da Fazenda, identificamos o pagamento do DAE 0322726490161 no valor de 3.987,51, conforme documento (36907537).

Desta forma, sugerimos seguir o parecer 3 da DRCP (32946087), com exceção no que tange a pagamento da taxa, para a obtenção do LAS Cadastro e baixa da Licença.

Ilma Soares da Silva

Diretora de Administração e Finanças

Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Ilma Soares da Silva, Diretora**, em 26/10/2021, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **36910090** e o código CRC **EC8A7590**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030428/2021-13

SEI nº 36910090

Lauro de Freitas - BA, 21 de fevereiro de 2022

Ilmo. Sr.

Paulo Rogério da Silva

Diretor Regional de Controle Processual

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro – SUPRAM TM

Ref: Pedido de baixa da LP+LI - P.A. 04751/2016/001/2016

Usina de Energia Fotovoltaica Araxá S.A.

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 31.793.547/0001-15, localizada na propriedade rural denominado Fazenda San Nelo, matrícula nº 10.154 (coordenadas Geográficas LAT/Y 19°45'57'' LONG/X 47°03'14'') no município de Araxá, no estado de Minas Gerais conforme P.A. nº 04751/2016/001/2016, vem por meio deste ofício **solicitar a baixa do Certificado da LP+LI Nº021/2020.**

A Powertis S.A. é proprietária da Usina de Energia Fotovoltaica de Araxá S.A. que começou a ser instalada em janeiro/2021. O empreendimento possui P.A. nº04751/2016/001/2016, onde obteve a LP+LI concomitantes em 2016, logo a validade da licença nesse primeiro momento foi de 04 anos, venceria então, em 09/05/2020. Em 2019 foi solicitada a prorrogação da validade da LP+LI, onde a mesma foi prorrogada para 22/05/2022.

Em 19 de janeiro de 2022 foi solicitado via Ecosistemas o LAS Cadastro para o empreendimento, sendo o mesmo emitido por essa Superintendência no dia 21 de janeiro de 2022.

No Parecer nº 3/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP/2021 (anexo) emitido em 05 de agosto de 2021 pelo Sr. Paulo Rogério da Silva, solicita que assim que o LAS Cadastro for emitido, a Powertis deverá peticionar ofício via SEI no processo nº 1370.01.0030428/2021-13 o pedido de baixa do Certificado da LP+LI. Sendo assim, viemos através deste ofício solicitar a baixa do certificado e baixa do processo nº04751/2016/001/2016, uma vez que agora o empreendimento está licenciado por LAS Cadastro, encerrando assim as obrigações da empresa no cumprimento das condicionantes estabelecidas neste processo. Ressalta-se que ainda que o licenciamento atual não possua condicionantes ambientais, a empresa, como zeladora do meio ambiente e cumpridora da legislação ambiental, seguirá com as análises dos efluentes sanitários, destinação adequada dos resíduos gerados e controle de emissões atmosféricas de máquinas e veículos da obra/empreendimento.

1

Powertis S.A.

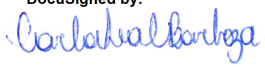
Rua Dr. Barreto 483, Loteamento Jardim Aeroporto, Quadra 01, Lote 09, Bairro Pitangueiras, CEP 42.701-310,

Lauro de Freitas, Bahia, Brasil.

www.powertis.com

Tel: +55 071 3026-4900

Sem mais para o momento,

DocuSigned by:


6E2BG4D125CA425...

USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA ARAXÁ S.A.
CARLA LEAL BARBOZA
Representante P/P

Powertis S.A.

Rua Dr. Barreto 483, Loteamento Jardim Aeroporto, Quadra 01, Lote 09, Bairro Pitangueiras, CEP 42.701-310,

Lauro de Freitas, Bahia, Brasil.

www.powertis.com

Tel: +55 071 3026-4900



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Controle Processual

Parecer nº 3/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP/2021

PROCESSO Nº 1370.01.0030428/2021-13

Pedido de alteração de LP+LI para LAS CADASTRO mediante Alteração do Enquadramento na DN217

Dos fatos inerentes ao Pedido.

Trata-se de pedido peticionado no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13 em 14/6/2021, referente a LP+LI do Processo Administrativo 04751/2016/001/2016 à luz da Deliberação Normativa 74/2004, para o empreendimento USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A, CNPJ:31.793.547/0001-15 localizada na Fazenda San Nello, matrícula 10.154 no Município de Araxá-MG, concedida a época para os códigos (DN74) E-02-06-2/ E-02-04-6 SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e USINA SOLAR FOTOVOLTAICA USINA SOLAR FOTOVOLTAICA) em 9/5/2016 com validade de 04 (quatro) anos inicialmente com vigência até 09/05/2020.

Decorrido lapso temporal de 03 (três) anos, ou seja, em 2019 foi solicitado prorrogação da vigência da licença ambiental(CERTIFICADO LP + LI Nº 321/2019) em face da necessidade de adequação de prazo processual concernente aos eventos adversos.

Neste interstício, da concessão da licença até o pedido da postergação do prazo, a empresa Powertis S/A já detentora do projeto de instalação, conforme consta nos autos do processo, sobreveio alteração da DN 217/2017, alterando o porte da atividade, sendo que nesta alteração o enquadramento da atividade em tela, será **LAS CADASTRO**.

RELATÓRIO

Portanto, ante o exposto, considerando que o código E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica, foi alterado pela Deliberação Normativa 235/2019;

Considerando que quando da concessão da licença originária, o empreendimento requereu conjuntamente (DAIA) Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental;

Considerando que conforme aduz o art. 15 parágrafo único da Deliberação Normativa 217/2017 c/c art. 17 § 3º do Decreto 47.383/2018 a espécie de licença Las Cadastro ou Las Ras, somente será concedida ou efetivada após outorga prévia e ou intervenção ambiental;

Considerando que, se a intervenção ambiental, já tiver sido efetivada, nos termos do art. 8º caput do Decreto 47.749/2019 visto que foi deferida conjuntamente a regularização da atividade;

Considerando que o empreendimento, deve ter cumprido integralmente as condicionantes da LP+LI, ressalvado eventuais pedidos de dilação de prazo.

Considerando que, em pesquisa ao FOB.232035/2016 constatei o valor remanescente pendente de quitação no valor (2016) de **R\$ 3.987.51** a ser atualizado conforme UFEMG 2021.

Decido.

Da Decisão.

Entendo, que é cabível pedido de transformação da LP+LI, desde que: o empreendimento tenha regularizado a supressão de vegetação requerida conjuntamente ao licenciamento ambiental;

Assim como, apresente o cumprimento das condicionantes à contar desta DECISÃO, bem como, apresente os documentos solicitados via peticionamento no Ecosistemas para que possamos emitir o certificado da Las Cadastro com validade de 10 (dez) anos conforme regramento atual com arrimo na DELIBERAÇÃO NORMATIVA 217/2017.

Ainda que peça solicitação no Ecosistemas para Las Cadastro, o requerente deverá, peticionar Ofício no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13, solicitando a pedido a baixa da licença ambiental(CERTIFICADO LP + LI N° 321/2019- LP+LI).

Por fim, para conclusão e aceite do pedido em comento na integralidade, é necessário a quitação integral do valor remanescente constatado no FOB.232035/2016(2016) que é o formulário de orientação básica vinculado ao processo sob análise da LP+LI, no valor de R\$ 3.987.51 a ser atualizado conforme UFEMG 2021.

Portanto, após a ciência da sr Superintendente, expeça-se a presente decisão, dê ciência ao interessado, publique-se o ato.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor(a)**, em 05/08/2021, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32946087** e o código CRC **3C8D51DC**.

Recibo Eletrônico de Protocolo - 42559721

Usuário Externo (signatário):	CARLA LEAL BARBOZA
Data e Horário:	21/02/2022 12:54:38
Tipo de Peticionamento:	Intercorrente
Número do Processo:	1370.01.0030428/2021-13
Interessados:	CARLA LEAL BARBOZA
Protocolos dos Documentos (Número SEI):	
- Ofício Pedido de baixa LP+LI 021/2020	42559719

O Usuário Externo acima identificado foi previamente avisado que o peticionamento importa na aceitação dos termos e condições que regem o processo eletrônico, além do disposto no credenciamento prévio, e na assinatura dos documentos nato-digitais e declaração de que são autênticos os digitalizados, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso indevido. Ainda, foi avisado que os níveis de acesso indicados para os documentos estariam condicionados à análise por servidor público, que poderá alterá-los a qualquer momento sem necessidade de prévio aviso, e de que são de sua exclusiva responsabilidade:

- a conformidade entre os dados informados e os documentos;
- a conservação dos originais em papel de documentos digitalizados até que decaia o direito de revisão dos atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados para qualquer tipo de conferência;
- a realização por meio eletrônico de todos os atos e comunicações processuais com o próprio Usuário Externo ou, por seu intermédio, com a entidade porventura representada;
- a observância de que os atos processuais se consideram realizados no dia e hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os praticados até as 23h59min59s do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre;
- a consulta periódica ao SEI, a fim de verificar o recebimento de intimações eletrônicas.

A existência deste Recibo, do processo e dos documentos acima indicados pode ser conferida no Portal na Internet do(a) Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Data de Envio:

30/09/2022 11:25:51

De:

SEMAD/Institucional <danubbia.barbosa@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

carla.engambiental@hotmail.com

Assunto:

Pede Complementação de Doc's - 1370.01.0030428/2021-13

Mensagem:

Prezado requerente,

Para a conclusão de solicitação de cancelamento de LP+LI em nome de USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A , solicitamos a complementação dos seguintes documentos :

- Procuração específica, concedendo expressamente os poderes para cancelar licenças; pois a procuração genérica apresentada não especificou esse tipo de poder;
- Contrato Social atualizado, demonstrando o responsável legal pelo empreendimento

Solicito que esse documento seja anexado a este processo SEI 1370.01.0030428/2021-13 de forma intercorrente.

Atenciosamente,

Danúbbia Diniz Barbosa

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Praça Tubal Vilela, nº 03 - Centro - CEP 38400-186 - Uberlândia/MG

(34) 3088-6400

Anexos:

Documento_30812110_Procuracao_Araxa___Carla___POWERIS.docx.pdf



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Núcleo de Apoio Operacional

Processo nº 1370.01.0030428/2021-13

Belo Horizonte, 22 de abril de 2023.

Procedência: Despacho nº 65/2023/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-NAO

Destinatário(s): Kamila Borges Alves Superintendente SUPRAM TM

DESPACHO

Considerando que o empreendedor **USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A, CNPJ: 31.793.547/0001-15 município de Araxá- MG**, solicitou junto a Supram Triângulo Mineiro Licença Ambiental LP + LI por meio do **processo administrativo nº 04751/2016/001/2016** ;

Considerando que o empreendedor solicitou o cancelamento da licença outrora concedida, mediante peticionamento no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13 na data de 21/02/2022 , com a justificativa de já ter sido emitida uma nova licença na modalidade Las Cadastro para o empreendimento;

Considerando as orientações do **Parecer nº 3/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP/2021;**

Considerando a alteração do DN 217/2017, no que tange o porte da atividade código **E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica** , sendo que nesta alteração o enquadramento da atividade em tela, passou a ser **LAS CADASTRO;**

Considerando que já foi emitido uma nova licença para o empreendimento, no dia 21 de janeiro de 2022 , **CERTIFICADO Nº 315 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO- LAS CADASTRO;**

OPINAMOS, favoravelmente ao cancelamento da licença **CERTIFICADO LP + LI Nº 321/2019 processo administrativo nº 04751/2016/001/2016** , referente ao empreendedor **USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A, CNPJ:31.793.547/0001-15 município de Araxá- MG**, pelos fatos e fundamentos supracitados, a contar da data da emissão da nova Licença Las Cadastro em 21/01/2022.

À consideração superior.

Ilma Soares da Silva
Diretora Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro

Paulo Rogério da Silva
Diretor Regional de Controle Processual Triângulo Mineiro
Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor (a)**, em 23/05/2023, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ilma Soares da Silva, Diretora**, em 23/05/2023, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **64632255** e o código CRC **C11E28A1**.

Referência: Processo nº 1370.01.0030428/2021-13

SEI nº 64632255



CERTIFICADO Nº 315 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/Cadastro, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA ARAXA S.A.

CNPJ/CPF : 31.793.547/0001-15

Empreendimento : USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA ARAXA S.A.

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Rodovia MG-428 número/km S/N Zona rural Bairro Dona Beja Cep 38183-666 Araxá - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

Araxá (LAT) -19.7636, (LONG) -47.0492

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 1

Processo Administrativo Licenciamento : 315/2022

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
E-02-06-2	Usina solar fotovoltaica	Potência nominal do inversor	90	MW

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 21/01/2032.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 20, da Lei Estadual nº 21.972, de 2016, do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017, do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018 e do art. 8º, §4º, I, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 2017, com base nas informações prestadas pelo empreendedor.

Patos de Minas, 21/01/2022.

Documento assinado eletronicamente por RITA DE CASSIA SILVA BRAGA E BRAGA, Superintendente, em 21/01/2022 16:29 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



CERTIFICADO Nº 315 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Autorização para intervenção ambiental

Nº DAIA: 0041307-D

NÚMERO DO PROCESSO DE DAIA: 11010000294/20





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO CANCELAMENTO DE LICENÇA A PEDIDO DO REQUERENTE

Considerando que o empreendedor USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A, CNPJ: 31.793.547/0001-15 município de Araxá- MG, solicitou junto a Supram Triângulo Mineiro Licença Ambiental LP + LI por meio do **processo administrativo nº 04751/2016/001/2016** ;

Considerando que o empreendedor solicitou o cancelamento da licença outrora concedida, mediante peticionamento no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13 na data de 21/02/2022 , com a justificativa de já ter sido emitida uma nova licença na modalidade Las Cadastro para o empreendimento, devido a a alteração do DN 217/2017, no que tange o porte da atividade código **E-02-06-2 Usina solar fotovoltaica** , sendo que nesta alteração o enquadramento da atividade em tela, passou a ser **LAS CADASTRO**;

Determino o cancelamento da licença cancelamento da licença **CERTIFICADO LP + LI Nº 321/2019 processo administrativo nº 04751/2016/001/2016** , referente ao empreendedor USINA DE ENERGIA FOTOVOLTAICA DE ARAXÁ S.A, CNPJ:31.793.547/0001-15 município de Araxá- MG, a contar da data da emissão da nova Licença Las Cadastro em 21/01/2022.

Publique-se e dê ciência ao interessado na forma da lei.

Kamila Borges Alves

Superintendente Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Borges Alves, Superintendente**, em 23/05/2023, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66419398** e o código CRC **06F4F626**.

Data de Envio:

24/05/2023 17:51:24

De:

SEMAD/Institucional <danubbia.barbosa@meioambiente.mg.gov.br>

Para:

carla.engambiental@hotmail.com

Assunto:

Solicitação de Cancelamento de Licença - Processo 1370.01.0030428/2021-13

Mensagem:

Prezado requerente,

Em resposta a solicitação peticionada no processo SEI 1370.01.0030428/2021-13, referente pedido de cancelamento de licença ambiental, encaminho ato de cancelamento de licença do empreendimento.

Atenciosamente,

Danúbbia Diniz Barbosa

Tecnico Ambiental - N.A.O. Núcleo de Apoio Operacional

Superintendência Regional de Meio Ambiente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

Praça Tubal Vilela, nº 03 - Centro - CEP 38400-186 - Uberlândia/MG

(34) 3088-6400

Anexos:

Ato_66419398.html

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 599, DE 23 DE MAIO DE 2023.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no arts. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5003087-79.2018.8.13.0301, em que foi julgado precedente o pedido avariado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, retroativa à data do requerimento administrativo – 30 de outubro de 2018, bem como novas promoções contando os interstícios de 2 em 2 anos para cada, a partir da implementação dos requisitos legais, até que alcance o nível correspondente à sua escolaridade.

resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP Nº 104, de 18 de maio de 2020, publicada em 20 de maio de 2020; Resolução SEJUSP Nº 316, de 12 de maio de 2022, publicada em 13 de maio de 2022; Resolução SEJUSP Nº 549, de 15 de maio de 2023, publicada em 18 de maio de 2023, que dispõem sobre progressão e promoção na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente ao servidor Daniel Augusto Lopes - MASP: 1083255/8, tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº 5003087-79.2018.8.13.0301.

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos termos do Decreto 44.769, de 07/04/2008, em cumprimento ao processo supracitado.

Art. 3º - Conceder Progressões na carreira do servidor, constante no anexo II desta Resolução, visando a atualização do posicionamento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I

Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1083255/8	DANIEL AUGUSTO LOPES	ASP	II	D	III	C	30/10/2018
1083255/8	DANIEL AUGUSTO LOPES	ASP	III	D	IV	A	30/10/2020

ANEXO II

Progressão na carreira de Segurança Penitenciário.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1083255/8	DANIEL AUGUSTO LOPES	ASP	III	C	III	D	30/10/2019
1083255/8	DANIEL AUGUSTO LOPES	ASP	IV	A	IV	B	30/10/2022

25 1794523 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 597, DE 23 DE MAIO DE 2023.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no arts. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5069973-47.2020.8.13.0024, em que foi julgado precedente o pedido avariado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, retroativa à julho de 2018.

Resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP Nº 91, de 15 de abril de 2020, publicada em 18 de abril de 2020; Resolução SEJUSP Nº 221, de 01 de abril de 2022, publicada em 02 de abril de 2022; Resolução SEJUSP Nº 299, de 05 de abril de 2023, publicada em 19 de abril de 2023; que dispõem sobre progressão e promoção na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente à servidora Valdilene de Pádua Cirino - MASP: 1377901/2, tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº 5069973-47.2020.8.13.0024.

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira da servidora constante no anexo I desta Resolução, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, nos termos do Decreto 44.769, de 07/04/2008, em cumprimento ao processo supracitado.

Art. 3º - Conceder Progressões na carreira da servidora, constante no anexo II desta Resolução, visando a atualização do posicionamento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I

Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1377901/2	VALDILENE DE PADUA CIRINO	ASP	I	B	II	A	31/07/2018
1377901/2	VALDILENE DE PADUA CIRINO	ASP	II	B	III	A	31/07/2020
1377901/2	VALDILENE DE PADUA CIRINO	ASP	III	B	IV	A	31/07/2022

ANEXO II

Progressão na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1377901/2	VALDILENE DE PADUA CIRINO	ASP	II	A	II	B	31/07/2019
1377901/2	VALDILENE DE PADUA CIRINO	ASP	III	A	III	B	31/07/2021

25 1794521 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Disciplinar Simplificado instaurado por meio da PORTARIA/ NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD Nº 047/2023, com extrato publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 15/02/2023, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, CONVOCA e CITA o servidor LEONARDO MESQUITA DE CARVALHO - MASP 1.447.791-3, Agente de Segurança Penitenciário, lotado à época dos fatos no Presídio de Leopoldina I, unidade integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para comparecer perante esta Comissão Processante, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar da 4ª (quarta) e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, pessoalmente ou através de procurador constituído, tomar conhecimento de seu respectivo processo, acompanhar a sua tramitação e apresentar defesa para os fatos lhe são atribuídos, que caracterizam, em tese, possível inassiduidade habitual e/ou abandono do cargo, pelo não comparecimento injustificado ao serviço por mais de trinta dias consecutivos e/ou noventa intercalados, no ano de 2022, conduta esta que, se comprovada, remete ao descumprimento do disposto no artigo 216, incisos I, V, e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 249, inciso II, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeito a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou V do referido Diploma Legal, sob pena de REVELIA.

Os autos do processo ficarão à disposição do implicado via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O requerimento de vistas do PDS poderá ser realizado através do e-mail comissaosejuspl10@gmail.com ou pelo telefone (31) 99730-2234, em dias úteis, de 08:00 às 17:00. A Comissão Processante encontra-se instalada na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II, nº 4143 – Prédio Minas - 3º andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte, 17 de maio de 2023

Ivan Nunes Lopes

Masp 1.221.148-8

Presidente de Comissão

18 1791287 - 1 REMOVE “A PEDIDO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:

MASP 1013651-3, GERALDO GILSON, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doPRESIDIO DE PEDRO LEOPOLDO, para aDIRETORIA DE SEGURANÇA EXTERNA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0014239/2023-17.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o(a)servidor(a):

MASP 1246103-4, RICHARD TAKAHASHI DE SOUZA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doPRESIDIO DE SANTA LUZIA, para aDIRETORIA DE SEGURANÇA EXTERNA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0031520/2023-97.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:

MASP 1446475-4, ALEF FEHLBERG BIRCHLER, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doPRESIDIO DE BARAO DE COCAIS, para aCARCERAGEM FÓRUM CONTAGEM, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0029079/2023-44.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:

MASP 1251285-1, CAMILA CELESTE NEVES CHAVES, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doCOMPLEXO PENITENCIÁRIO FEMININO ESTEVAO PINTO, para aCASA DO ALBERGADO PRESIDENTE JOÃO PESSOA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0092913/2022-25.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o servidor:

MASP 1120367-6, RICHARD RODRIGO ROCHA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doCOMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA, para aCARCERAGEM FÓRUM CONTAGEM, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0044627/2023-64.

Belo Horizonte, 23de maio de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o(a)servidor(a):

MASP 1378861-7, FRANCES VIEIRA ALVES, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doPRESIDIO DE ITAMBACURI, para aDIRETORIA REGIONAL DA15º RISP, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0065992/2023-68.

Belo Horizonte, 23de maio de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o(a)servidor(a):

MASP 1195060-7, FABIANO FLAVIO DA SILVA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, daCARCERAGEM FORUM CONTAGEM, para oCOMPLEXO PENITENCIÁRIO NELSON HUNGRIA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0069040/2023-28.

Belo Horizonte, 23de maio de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da lei nº 869, de 5/7/1952, e art. 3º, § 4º daResolução SEJUSP Nº 73 de 14 de novembro de 2019,oservidor:

MASP 1182765-6, PEDRO INACIO MIRANDA, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doPRESIDIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, para oHOSPITAL PSIQUIATRICO E JUDICIARIO JORGE VAZ, em cumprimento à decisão judicial nº 5006167-68.2022.8.13.0056, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1080.01.0058527/2022-26.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, § 1º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 73, de 14/11/2019, o(a)servidor(a):

MASP 1078032-8, VALDECI PEREIRA MACIEL, referente ao cargo Efetivo AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIO, doPRESIDIO DE IBIRITE, para oCENTRO DE REMANEJAMENTO DO SISTEMA PRISIONAL - BELO HORIZONTE, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0071956/2023-60.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGÉRIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REVOGA O ATO DE REMOÇÃO “EX OFFICIO”, publicado em 25/04/2023, referente aservidora:

MASP 1289048-9, ROSIMARY PEREIRA DE ALMEIDA, em razão das motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0067908/2023-37.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 1794979 - 1

DESPACHO

O Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 219 da Lei Estadual nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, em cumprimento a decisão proferida nos autos doMandado de Segurança nº1.0000.22.275894-8/000, ANULA o ato administrativo de suspensão de 10 (dez) dias imposta ao processado REMESONN THIAGO SILVA ROCHA - MASP 1.375.593-9, após conclusão doProcesso Administrativo Disciplinarinstituído pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 376/2020, com decisão publicada no Diário Oficial do Executivo em 10/11/2022, com as devidas retificações em seus assentamentos funcionais.

Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 25 de maio de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 1795012 - 1

ATO 00379/2023 – REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR RESPONSÁVEL POR EXCEPCIONAL CONCEDE REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE TRABALHO, para vinte horas semanais, nos termos do art. 1º da Lei nº 9.401, de 18/12/1986, por 06 meses, aos servidores relacionados:

MASP: 1.228.595-3 MARIA APARECIDA MENDES BARBOSA PEREIRA, a partir da data de publicação;

MASP: 1.383.649-9 BRENO JORGE TRAJANO, a partir da data de publicação;

MASP: 1.376.295-0 NIVEA PAULA RAMOS FERREIRA, a partir da data de publicação;

MASP: 1.395.707-1 WEVERSON AZEVEDO DA SILVA, em prorrogação, a contar de 24/05/2023;

MASP: 1.439.801-0 JACKSON MAQUEL SANTOS, em prorrogação, a contar de 29/04/2023;

MASP: 1.106.901-0 ANDREIA COELHO RODRIGUES, em prorrogação, a contar de 11/12/2022;

MASP: 1.213.457-3 JAQUELINE BERNAL CAMPOS BAGGIO, em prorrogação, a contar de 02/06/2023;

MASP: 1.125.941-3 FABIANO RAMOS DA COSTA, em prorrogação, a contar de 25/04/2023;

MASP: 1.400.292-7 CARLOS EDUARDO LOPES TRIGO, em prorrogação, a contar de 10/05/2023;

MASP: 1.215.110-6 JACQUELINE GOULART SILVA RODRIGUES, em prorrogação, a contar de 17/05/2023.

Belo Horizonte, 25 de maio de 2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 1794895 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/

IGAM/ Nº 3.235, DE 24 DE MAIO DE 2023.

Institui Força-Tarefa para apoio e análise dos estudos de cenário de rupturas e os mapas de mancha de inundação dos Planos de Ação de Emergência.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no exercício das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, pelo inciso I do art. 10 do Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, pelo inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e pelo inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, e tendo em vista o disposto na alínea “b” do inciso II e no §5º do art. 7º, bem como no art. 9º da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, e no art. 7º do Decreto nº 48.078, de 5 de novembro de 2020, RESOLVEM:

Art. 1º – Fica instituída a Força-Tarefa Planos de Ação de Emergência – FT PAEs –, para análise dos estudos de cenário de rupturas e os mapas de mancha de inundação dos PAEs, com intuito de apoiar a Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – na análise dos documentos e informações previstos nos incisos III e IV do art. 6º e no inciso I do art. 7º da Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/IGam nº 3.181, de 11 de novembro de 2022.

Art. 2º – A coordenação geral da FT PAEs será exercida pela Presidência da Feam, competindo-lhe distribuir os processos para análise dos servidores que integram a FT PAEs e adotar as demais providências necessárias ao regular andamento dos trabalhos.

Parágrafo único – O Gabinete da Feam apoiará a Presidência da Feam na coordenação geral dos trabalhos da FT PAEs.

Art. 3º – A FT PAEs será composta pelos seguintes servidores: I – Everton de Oliveira Rocha, Masp 1.308.628-5, que coordenará os trabalhos técnicos na Feam, de acordo com as orientações da coordenação geral da FT PAEs;

II – Felipe Fernandes Ladislau, Masp 1.474.995-6, designado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad;

III – Bruno Henrique Porto de Almeida, Masp 1.295.581-1, designado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF;

IV – Mário Henrique Souza e Moura, Masp 1.250.706-7, designado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.

§ 1º – Os servidores a que se referem os incisos II, III, e IV deste artigo exercerão suas atividades em consonância com as metas acordadas em Plano de Trabalho individual, a ser enviado pela coordenação técnica, mensalmente, para a chefia imediata de cada unidade em que estiverem lotados.

§ 2º – A Feam poderá designar outros servidores do seu quadro de pessoal, em exercício em qualquer de suas unidades administrativas, para atuarem na FT PAEs, em regime de dedicação exclusiva ou não.

Art. 4º – A coordenação geral da FT PAEs poderá solicitar às Superintendências Regionais de Meio Ambiente – Suprams – da Semad diligências que se façam necessárias para a instrução regular e para o impulsionamento dos processos.

§ 1º – As Suprams deverão realizar de forma prioritária as diligências previstas no caput, observado o prazo estabelecido no art. 25 da Resolução Conjunta Semad/IEF/Feam/Igam nº 3.181, de 11 de novembro de 2022.

§ 2º – Após a transferência de competências a que se refere a Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, da Semad para a Feam, o que compete as Suprams nesta resolução passará a competir as Unidades Regionais de Regularização Ambiental da Feam.

Art. 5º – A FT PAEs iniciará seus trabalhos na data da publicação desta Resolução Conjunta e deverá concluí-los em até um ano após sua instituição.

Parágrafo único – A coordenação geral da FT PAEs poderá identificar a necessidade de prorrogação dos trabalhos da FT, hipótese em que deverão ser apresentados os fundamentos e o prazo necessário para a conclusão das atividades.

Art. 6º – Esta resolução conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2023.

Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Renato Teixeira Brandão

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins

Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas

Marcelo da Fonseca

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

25 1794785 - 1

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/FEAM/IEF/

IGAM Nº 3.231, DE 16 DE MAIO DE 2023.

Aprova a revisão da primeira edição do Plano de Integridade do Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS E O DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no uso das atribuições legais que lhes conferem, respectivamente, o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, RESOLVEM:

Art. 1º – Fica aprovada a revisão da primeira edição do Plano de Integridade do Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema –, instituído pela Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/IGam nº 3.005, de 17 de setembro de 2020.

Art. 2º – A primeira edição revisada do Plano de Integridade será integralmente publicada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam –, do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 16 de maio de 2023.

Marília Carvalho de Melo - Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável